

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PORTUGUÊS

Coordenação:

PAULO FEYTOR PINTO e SÍLVIA MELO-PFEIFER





EMPRESA PROMOTORA
DA LÍNGUA PORTUGUESA

A **Lidel** adquiriu este estatuto através da assinatura de um protocolo com o **Camões – Instituto da Cooperação e da Língua**, que visa destacar um conjunto de entidades que contribuem para a promoção internacional da língua portuguesa.

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Lidel – Edições Técnicas, Lda.
Rua D. Estefânia, 183, r/c Dto. – 1049-057 Lisboa
Tel.: +351 213 511 448
lidel@lidel.pt
Projetos de edição: edicoesple@lidel.pt
www.lidel.pt

LIVRARIA

Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 Lisboa
Tel.: +351 213 511 448
livraria@lidel.pt

Copyright © 2018, Lidel – Edições Técnicas, Lda.
ISBN edição impressa: 978-989-752-350-2
1.ª edição impressa: novembro 2018

Conceção de *layout*: Teresa Antunes
Paginação: Teresa Antunes
Impressão e acabamento: Realbase – Sistemas Informáticos, Lda. – Albergaria-a-Velha
Depósito Legal: 447966/18

Capa: José Manuel Reis

Todos os nossos livros passam por um rigoroso controlo de qualidade, no entanto, aconselhamos a consulta periódica do nosso *site* (www.lidel.pt) para fazer o *download* de eventuais correções.



Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo eletrónico, mecânico, fotocópia, digitalização, gravação, sistema de armazenamento e disponibilização de informação, *sítio Web*, *blogue* ou outros, sem prévia autorização escrita da Editora, exceto o permitido pelo CDADC, em termos de cópia privada pela AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, através do pagamento das respetivas taxas.

políticas linguísticas
EM PORTUGUÊS

Paulo Feytor Pinto e Sílvia Melo-Pfeifer



EMPRESA PROMOTORA
DA LÍNGUA PORTUGUESA



Lidel - edições técnicas, lda

índice

<i>autores</i>	5
<i>introdução</i>	11
<i>siglas e acrónimos</i>	19

português língua materna maioritária

1

DUAS LÍNGUAS, QUANTAS POLÍTICAS?	24
---	----

Marcos Bagno

2

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA NAS ESCOLAS PORTUGUESAS. MUDANÇA E CONTINUIDADE	41
---	----

Paulo Feytor Pinto

3

LÍNGUAS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	54
--	----

Tjerk Hagemeijer, Rita Gonçalves, Beatriz Afonso

português língua veicular maioritária

4

CONTACTO LINGUÍSTICO EM ANGOLA: RETROSPECTIVA E PERSPETIVAS PARA UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA	82
--	----

Liliana Inverno

5

**POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS E FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO
EM MOÇAMBIQUE: DA UNIDADE NA UNIFORMIDADE À UNIDADE NA DIVERSIDADE** 106

Feliciano Chimbutane

português língua minoritária

6

SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DE CABO VERDE: EM PORTUGUÊS E NA KABUVERDIANU 126

Ana Josefa Cardoso

7

**ANGÚSTIAS E ESPERANÇAS ESPELHADAS NUM PEQUENO PAÍS AFRICANO:
QUESTÕES LINGUÍSTICAS DA GUINÉ-BISSAU** 148

Atsushi Ichinose

8

**POLÍTICA E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA
ESPECIAL DE MACAU (PÓS-1999)** 169

Maria José Grosso

9

OS SINUOSOS CAMINHOS DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM TIMOR-LESTE 182

Lúcia Vidal Soares

políticas de difusão do português

10

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DO BRASIL NO EXTERIOR: ENTRE O ISOLAMENTO
E A COOPERAÇÃO** 210

Edleise Mendes

11

POLÍTICA LINGUÍSTICA E ENSINO DE PORTUGUÊS PARA A DIÁSPORA 240

Teresa S. Ferreira, Sílvia Melo-Pfeifer

autores

COORDENADORES/AUTORES

Paulo Feytor Pinto

Investigador integrado do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC) da Universidade de Coimbra (UC) e Presidente da Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI). É mestre em Relações Interculturais (1999) e doutor em Estudos Portugueses, Especialização em Política de Língua (2008). Foi Presidente da Associação de Professores de Português (1997-2011), colaborou na redação do Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa (1992-1995) e é autor dos livros *Formação para a Diversidade Linguística na Aula de Português* (1998), *Como Pensamos a Nossa Língua e as Línguas dos Outros* (2001), *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (2009) e *O Essencial sobre Política de Língua* (2010).

Sílvia Melo-Pfeifer

Professora Associada de Didática de Línguas Românicas (Francês e Espanhol) do Departamento de Educação da Universidade de Hamburgo (Alemanha) e investigadora do Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores da Universidade de Aveiro (UA). É licenciada em Ensino de Português e Francês e doutorada em Didática de Línguas, pela Universidade de Aveiro (UA). Foi coordenadora do Ensino Português na Alemanha, junto da Embaixada de Portugal em Berlim, entre 2010 e 2013. Coordenou as obras *Comunicação Eletrónica na Aula de Português Língua Estrangeira* (com Maria Helena de Araújo e Sá) (2013) e *Didática do Português Língua de Herança* (2016). É coautora dos manuais de português para o estrangeiro *Lado a Lado*.

AUTORES

Ana Josefa Cardoso

Cabo-verdiana, é licenciada em Ensino de Português/Francês, pós-graduada em Ensino de Português como Língua Não Materna e mestre em Relações Interculturais. É doutoranda em Linguística da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e bolsista de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Desenvolve atividade de investigação nas áreas do Cabo-verdiano, Bilinguismo e Aquisição de L2. É membro do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL). É professora de português do 2.º Ciclo do Ensino Básico e formadora certificada, pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, nas áreas de Didática Específica de Língua Cabo-verdiana, Português Língua Não Materna, Língua Portuguesa e Educação e Multiculturalidade. Tem participado em diversos projetos escolares de cariz intercultural, com destaque para o projeto "Turma Bilingue Português/Cabo-verdiano", coordenado pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. É membro da Comissão Nacional para as Línguas de Cabo Verde (CNpL) e mentora de uma experiência-piloto de educação bilingue em Cabo Verde, aprovada pelo Ministério da Educação daquele país, iniciada no ano letivo 2013/2014.

Atsushi Ichinose

Professor Titular do Departamento de Português e Estudos Luso-Brasileiros da Faculdade de Estudos Estrangeiros e Diretor do Instituto Europeu da Universidade Sophia. É licenciado em Língua Portuguesa, pela Universidade de Tóquio (1983), e possui o grau de mestre em Linguística, pela Universidade de Tóquio para Estudos Estrangeiros (1987). Estudou no Curso de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros da Universidade de Lisboa (UL) (1984-1986). De entre as suas áreas de especialização destacam-se a Sociolinguística (língua portuguesa no mundo), a Linguística Descritiva (crioulo guineense) e a História Contemporânea de Países Lusófonos. Publicou diversas obras em japonês alusivas a fenómenos das línguas e culturas dos países lusófonos, como *O mundo dos crioulos – línguas que nascem em encontros* (2010).

Beatriz Afonso

Tem desempenhado diferentes cargos no sistema educativo são-tomense e é, atualmente, Diretora do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Faculdade de Ciências e Coordenadora do Curso de Língua Portuguesa da Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP). Na sua dissertação de mestrado (Universidade Nova de Lisboa – UNL), analisou a problemática do ensino do português no contexto de São Tomé e Príncipe.

Edleise Mendes

Mestre em Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1996), doutorada em Linguística Aplicada, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2003), e pós-

-doutorada em Desenvolvimento, pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC) (2014-2015). Atualmente, é Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC). Dedicar-se a estudos sobre a língua portuguesa e os contextos culturais que a abrigam, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa, Materna e Estrangeira, Formação de Professores, Avaliação e Produção de Materiais Didáticos, Abordagens Interculturais e Críticas para o Ensino de Línguas. Foi Presidente da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLÉ) e coordena o grupo de pesquisa LINCE – Núcleo de Estudos em Língua, Cultura e Ensino da Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) (Brasil). Autora de variados livros, capítulos e artigos publicados sobre diferentes aspetos relativos ao ensino e à formação de professores de língua portuguesa.

Feliciano Chimbutane

Doutorado em Línguas e Educação, pela Universidade de Birmingham, Reino Unido. É docente e investigador da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. As suas áreas de interesse incluem Línguas e Educação (Planificação, Políticas e Práticas), Ensino Bilingue e Sintaxe do Português e das Línguas Bantu. Tem vários artigos publicados em livros e revistas internacionais. É autor do livro *Rethinking Bilingual Education in Postcolonial Contexts* (2011) e coorganizador dos livros *Educação Bilingue em Moçambique: Reflectindo Criticamente sobre Políticas e Práticas* (2012) e *Bilingual Education and Language Policy in the Global South* (2012).

Liliana Inverno

Licenciada em Estudos Portugueses e Ingleses – Ramo de Formação Educacional (2001), mestre em Linguística Descritiva (2006) e doutorada em Linguística Portuguesa (2011), pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Durante a sua estadia em Angola, recolheu os primeiros dados orais da variedade angolana do português, que viriam a constituir o *corpus* da sua dissertação de mestrado, *Angola's Transition to Vernacular Portuguese*, e da sua tese de doutoramento, *Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola: evidence from Dundo*, ambas financiadas por bolsas de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Exerce, desde 2013, funções no Instituto Português do Oriente (Macau) como Coordenadora do Centro de Língua Portuguesa, cabendo-lhe a supervisão pedagógica e científica da oferta formativa da Instituição e respetivos instrumentos de suporte. No âmbito da sua área de especialização, tem integrado vários projetos de investigação internacional, de que se destacam *The Atlas of Pidgin and Creole Language Structures* (2013) e *Non-European structures in overseas Portuguese* (em curso). É membro do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC) da Universidade de Coimbra (UC), sócia da

Associação Portuguesa de Linguística (APL) e da Associação Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola (ACBLPE) e colaboradora da Cátedra de Português – Língua Segunda e Estrangeira (Camões – Instituto da Cooperação e da Língua/Universidade Eduardo Mondlane).

Lúcia Vidal Soares

Doutora em Didática e Formação, mestre em Relações Interculturais e licenciada em Românicas – Linguística. É Professora Adjunta Aposentada da Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx) do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), onde lecionou na área das Línguas. Tem participado em vários eventos científicos no âmbito da Interculturalidade, da Didática do Português Língua Materna e como Língua Não Materna, tendo várias publicações nestes domínios.

Marcos Bagno

Doutorado em Filologia, pela Universidade de São Paulo (USP), Professor do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB), escritor, tradutor e autor de três dezenas de livros entre literatura e divulgação científica. As suas áreas de atuação são Descrição Gramatical do Português Brasileiro, Sociolinguística e Sociologia da Linguagem e Ensino do Português Brasileiro. Publicou a *Gramática pedagógica do português brasileiro* (2012), a mais volumosa e detalhada descrição do português brasileiro publicada até ao momento. Em coautoria com Orlene L. S. Carvalho, publicou a *Gramática brasileira para hablantes de español* (2015).

Maria José Grosso

Doutorada em Linguística Aplicada e Professora Associada da Universidade de Lisboa (UL). Atualmente, é Professora e Coordenadora da área da Língua Portuguesa da Universidade de Macau. Tem desenvolvido vários projetos de investigação e trabalhos sobre o Português Língua Estrangeira. Coordena, desde 2013, o projeto *A Framework in Portuguese as a Foreign Language for Chinese Native Speakers* da Universidade de Macau. Foi, entre outros, Diretora do Centro de Língua Portuguesa do Instituto Português do Oriente, em Macau, e Diretora do Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE). É investigadora no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL). Tem feito formação de professores em Portugal e no estrangeiro. As suas áreas de estudo e de lecionação centram-se na Linguística Aplicada ao Ensino de Português (PLE/PL2), Avaliação (Calibragem de Níveis), Gramática e Comunicação, Língua de Acolhimento e Língua de Herança, Ensino e Comunicação Intercultural.

Rita Gonçalves

Doutoranda da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), onde tem desenvolvido investigação sobre a Variedade do Português de São Tomé. Na sua dissertação de mestrado (Universidade de Lisboa), analisou as alterações na estrutura argumental do português de São Tomé.

Teresa S. Ferreira

Doutorada em Didática de Línguas como Língua Não Materna e licenciada em Ensino de Português e Inglês, pela Universidade de Aveiro (UA). É coordenadora e coautora dos manuais de português para o estrangeiro *Lado a Lado* e de gramáticas pedagógicas destinadas ao mesmo contexto. É coautora do programa e manuais de Português do Ensino Secundário Geral, atualmente em vigor em Timor-Leste. Tem experiência de ensino de Português Língua Materna, Português Língua Não Materna e Inglês a várias faixas etárias e em contextos diversos em Portugal. Tem atuado na área da formação inicial e contínua de professores em modo presencial (Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto – ESE/PP) e de *e-learning* (curso Didática do Português Língua de Herança, a cargo do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, e cursos de extensão universitária promovidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN). É autora de provas de certificação de nível de proficiência em Português, pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Tjerk Hagemeyer

Professor Auxiliar do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Tem desenvolvido investigação sobre os Crioulos do Golfo da Guiné e a Variedade do Português de São Tomé. Na dissertação de mestrado e tese de doutoramento, analisou diferentes aspetos da gramática do forro (crioulo de São Tomé).

introdução

Paulo Feytor Pinto e Sílvia Melo-Pfeifer

Em 1975, com a independência da maior parte dos países que têm o português como língua oficial (LO), a gestão política da língua portuguesa passou da centenária bipolaridade luso-brasileira para uma multipolaridade maioritariamente africana. Volvidas quatro décadas, este foi o pretexto para, em jeito de balanço, se darem a conhecer, numa única obra, as políticas linguísticas contemporâneas de países e territórios que expressam estas políticas oficiais em português.

Este livro inclui capítulos sobre as políticas internas de oito países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de um território autónomo e sobre as políticas externas da língua portuguesa de dois países ao longo das últimas décadas do século xx e dos primeiros anos do século xxi. Trata-se de 11 textos originais, da autoria de 14 especialistas ou originários da Alemanha, Brasil, Cabo Verde, China, Japão, Moçambique, Países Baixos, Portugal e São Tomé e Príncipe ou a trabalhar nestes países. De modo diferenciado, de acordo com as especificidades dos contextos e as opções dos autores, os contributos abordam tópicos como a história social da diversidade linguística do país ou território em análise, as representações sociais, estatutos e papéis da língua portuguesa e das outras línguas presentes, as práticas e ideologias linguísticas e, naturalmente, a política linguística explícita, nos domínios do estatuto, do *corpus* e da educação. Predomina, portanto, uma perspetiva ecolinguística (Haugen 1971; Calvet, 1999), que considera as práticas, as atitudes e as políticas linguísticas relativas a todas as línguas que interagem em determinado ambiente linguístico.

Os capítulos, numa perspetiva sociolinguística, estão ordenados de acordo com o perfil funcional da língua portuguesa, LO, no contexto analisado. Assim, a Parte I é dedicada aos

únicos três países do mundo em que o português é a língua materna (L1) da maioria da população: Brasil, Portugal e São Tomé e Príncipe. A Parte II inclui os capítulos sobre os dois países, africanos, em que o português é a língua veicular maioritária e a única falada em (quase) todo o país: Angola e Moçambique. A Parte III é constituída pelos capítulos acerca de contextos em que o português é uma língua minoritária: Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau e Timor-Leste. Em três deles, o português é língua cooficial. Por fim, a Parte IV trata das políticas brasileiras e portuguesas de difusão do português em países que não o têm como LO. Não foi possível incluir um capítulo sobre as políticas linguísticas do mais recente e polémico país de língua oficial portuguesa, a Guiné Equatorial. No entanto, o país é referido nos contributos de Marcos Bagno (Capítulo 1), de Tjerk Hagemejer, Rita Gonçalves e Beatriz Afonso (Capítulo 3) e de Atsushi Ichinose (Capítulo 7).

Ao longo de diferentes capítulos deste livro, emergem as diferentes atitudes perante o muito debatido termo que designa o conjunto dos países e pessoas que falam português: "lusofonia" e os seus derivados "lusófono/a/os/as". O primeiro é um decalque de *francophonie*, termo cunhado pelo geógrafo francês Onésime Reclus (1837-1916) e utilizado pela primeira vez em legislação portuguesa, em 1981, curiosamente num tratado firmado entre Portugal e o Senegal, país cujo presidente Léopold Senghor (1960-1980) foi um dos impulsionadores da francofonia. Por isso, o termo é rejeitado, questionado, ignorado, utilizado e defendido em diferentes capítulos. A polémica em torno de "lusofonia/lusófono" parece radicar essencialmente em dois factos:

- Primeiramente, por ser constituído pelo elemento "luso", que é generalizadamente utilizado para referir as "coisas" de Portugal e só estas, no sentido em que é utilizado nas primeiras linhas desta "Introdução": a bipolaridade luso-brasileira, com os dois polos constituídos por Portugal e Brasil e em que luso exclui todas as autoridades não portuguesas, nomeadamente as brasileiras. Por isso, "lusofonia/lusófono" pode ser sentido como excessivamente "portugalocêntrico", quase um eufemismo neocolonialista para "grande Portugal". Curiosamente, o mesmo parece já não acontecer com "de língua portuguesa", como na multilateralmente aceite designação da CPLP;
- Em segundo lugar, por muitos cidadãos de países de língua portuguesa, quando não a maioria da população, não terem o português como L1 ou nem sequer o conseguirem falar ou compreender. É, portanto, incorreto ou abusivo considerar-se lusófona qualquer pessoa de um país cuja LO é o português. Ou, dito de outro modo, nas práticas efetivas dos falantes, lusófono (já) não quererá dizer "falante de português", mas antes "cidadão de país de língua oficial portuguesa". De igual forma, não se refere aos três países em que a maioria da população fala português, mas aos nove que têm o português como LO.

A escolha do título deste livro não foi "imune" a esta polémica. As várias expressões utilizadas no final das sucessivas versões do título foram "países lusófonos", "mundo lusófono" e "mundo de língua portuguesa", numa "encruzilhada" entre expressões consagradas em francês,

inglês e português. Porém, “lusófono” parece ser um termo muito operacional para referir os países (ou pessoas) que têm o português como LO – uma palavra em vez de muitas mais! – e um termo que é particularmente popular em Portugal.

Outro tema que perpassa vários capítulos e que é foco de discussão quando se trata da caracterização sociolinguística dos países e territórios lusófonos, aqueles que têm o português como LO independentemente da proporção de cidadãos que dominam a língua portuguesa, é uma questão fundacional da própria sociolinguística: o que é uma língua? Que variedades e/ou variantes linguísticas constituem um mesmo e único sistema linguístico? E quais delas constituem um subsistema diferenciado? E quais os termos – glossónimos – que designam o sistema ou os seus subsistemas?

No caso da língua portuguesa, esta problemática verifica-se no reconhecimento e na designação das variantes nacionais da língua. Atualmente, são reconhecidas e estão caracterizadas as variantes da língua portuguesa falada em Portugal e no Brasil: o português europeu (PE), designação não contestada do português falado e ensinado em Portugal, e o português brasileiro (PB), no passado recente também designado português do Brasil.

Nesta obra, para caracterizar a situação sociolinguística do país, os termos utilizados são “língua portuguesa falada no Brasil”, “vernáculo geral brasileiro”, “português brasileiro contemporâneo” e “padrão escrito literário lusitano”. Este último, porém, refere-se apenas à norma gramatical adotada pelo sistema educativo, mais próxima do PE do que do PB. Outras três variantes nacionais do português têm vindo a afirmar-se nas últimas décadas: o português de Moçambique, já com descrições desenvolvidas das suas especificidades, o português vernáculo de Angola (PVA), ou, simplesmente, português de Angola, e o português de São Tomé e Príncipe, cujas descrições ainda se encontram numa fase inicial de desenvolvimento. Nos restantes países e territórios de língua oficial portuguesa, não há registo de especificidades que possam configurar uma variante nacional distinta. O facto de o português ser, nestes países, uma língua sem um número significativo de falantes justificará a inexistência de uma variante nacional da língua portuguesa.

A delimitação e designação de outras línguas dos países e territórios em análise suscitam questões idênticas. Assim, é discutido o significado da designação da outra LO de Macau, além do português. Na legislação em português, ela é designada língua chinesa, podendo referir-se só ao mandarim ou *putonghua*, só ao cantonês ou *yue* ou simultaneamente ao mandarim e ao cantonês. Já em Timor-Leste, além do português, a LO é o tétum, glossónimo que é alvo de controvérsia. Sendo claro que não se trata do tétum-terik, procura-se distinguir a língua cooficial do tétum-praça. Para o efeito, emergiu o termo “tétum oficial”, para designar uma língua distinta das duas anteriores. Outro exemplo é o da língua bantu mais falada em Moçambique, o macua. Este glossónimo, para uns, refere-se a um grupo de sete línguas, para outros, a uma única língua com sete variedades regionais.

No conjunto dos capítulos deste livro, a política de *corpus* que, no final da década de 1950, desencadeou os primeiros estudos sobre política linguística está praticamente ausente.

Mesmo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, talvez o instrumento de política linguística mais longamente debatido durante as últimas décadas, apenas é referido em três capítulos, não para o analisar ou para sobre ele refletir, mas apenas como referência contextual. Pelo contrário, o livro torna evidente a importância da política de educação linguística. Se a política de estatuto é a base formal de toda a política linguística (Fishman, 2000), então a política de educação linguística parece ser o instrumento fundamental de difusão de uma língua, o que tem maior impacto nas práticas. Se, no século xx, uma língua precisava de um exército, segundo o aforismo popularizado pelo sociolinguista Max Weinreich (1894-1969), no século xxi, na sociedade global de escrita, uma língua precisa sobretudo de um sistema educativo. A educação é o “braço armado” da política linguística.

Depois desta explicitação dos fundamentos teóricos e da abordagem seguida pela presente obra, apresentamos, resumidamente, o conteúdo dos 11 capítulos que a compõem.

O primeiro capítulo, “Duas línguas, quantas políticas?”, da autoria de Marcos Bagno, parte do princípio teórico de que o PB e o PE são duas línguas distintas, necessitando, consequentemente, do reconhecimento da singularidade de cada uma para o desenho e implementação de políticas linguísticas (designadamente educativas) mais adequadas, eficientes e justas, libertas de ideologias puristas e homogeneizadoras. Com base numa pormenorizada descrição dos fenómenos e características que permitem, no seu entender, distinguir as duas línguas, e atendendo a que a intercompreensão entre elas não pode ser considerada critério para as considerar uma só, o autor avança para uma discussão acerca da necessidade de desenvolver políticas próprias de ensino do PB e políticas que não sobreponham razões económicas e capitalistas a razões de base científica (linguística e sociolinguística).

O Capítulo 2, da autoria de Paulo Feytor Pinto, intitula-se “Política de educação linguística nas escolas portuguesas. Mudança e continuidade”. O autor analisa a política linguística educativa no Portugal pós-25 de Abril, marcada pelo aumento significativo da taxa de escolarização e do número de anos de escolaridade e, na viragem do milénio, de medidas de defesa e promoção de línguas minoritárias, como a língua gestual portuguesa (LGP), a língua mirandesa ou as línguas das populações migrantes, e de políticas linguísticas de ensino-aprendizagem do português como língua não materna (PLNM) em território nacional. O autor evoca ainda as evoluções e as (des)continuidades curriculares no ensino-aprendizagem do português como língua materna e não materna, de línguas minoritárias e das línguas estrangeiras modernas, concluindo que, não obstante as transformações quantitativas assinaladas (por exemplo, a passagem de quatro a dez línguas no currículo), a política linguística nacional apenas promove, de forma transversal e sistemática, a língua portuguesa.

Em “Línguas e políticas linguísticas em São Tomé e Príncipe” (Capítulo 3), Tjerk Hagemeijer, Rita Gonçalves e Beatriz Afonso apresentam a evolução da paisagem linguística são-tomense, marcada por duas fases distintas, e descrevem o português do arquipélago centrando-se nas características morfossintáticas e léxico-sintáticas que o distinguem da norma do PE. Num segundo momento, os autores analisam as linhas de força da política linguística de São Tomé

e Príncipe no período pós-Independência, concluindo que, não obstante as medidas de promoção e de defesa das línguas crioulas do arquipélago e a crescente consciência da diferença entre as duas variedades de português, a situação diglósica do país mantém-se mais viva do que nunca, com um recuo assinalável do uso dos crioulos e com uma persistente indiferença em relação às características do português são-tomense.

Liliana Inverno, na sua contribuição "Contacto linguístico em Angola: retrospectiva e perspectivas para uma política linguística" (Capítulo 4), fornece-nos detalhados e atuais dados demográficos e sociolinguísticos daquele país africano, sintetizando o conhecimento disponível acerca do português falado em Angola (única LO) e das suas relações com as restantes línguas angolanas (de âmbito local ou regional). Com a ajuda de uma rigorosa reconstrução histórica e política dos contactos interlinguísticos em Angola, a autora esclarece os desafios que se colocam ao país, resultantes da situação de diglossia generalizada nas diferentes províncias e da heterogeneidade das situações sociolinguísticas no território, e defende a teoria segundo a qual está em curso um processo de *language shift* no país, com tendências monolingualizantes.

Feliciano Chimbutane, no Capítulo 5, "Políticas e práticas linguísticas e formação do Estado-nação em Moçambique: da unidade na uniformidade à unidade na diversidade", reflete acerca da evolução das ideologias linguísticas pós-1975, ano da Independência Nacional. Tal como noutros países saídos de regimes colonialistas, também em Moçambique a língua portuguesa continuou a ser LO do território no período pós-colonial. Como experienciado noutros contextos, designadamente o europeu, o monolingüismo institucionalizado foi a ideologia dominante na constituição do Estado-nação independente. Mais recentemente, com o advir de políticas linguísticas em prol da diversidade linguística e cultural, os discursos (e as ideologias) abriram-se ao multilingüismo e ao multiculturalismo. Ora, conforme demonstra o autor, os discursos e a legislação em prol do multi e do plurilingüismo não chegam para alterar as práticas monolíngues de um país multilingue (designadamente no domínio educativo) nem para assegurar o dinamismo das línguas bantu, atualmente em declínio de número de falantes.

O Capítulo 6, da autoria de Ana Josefa Cardoso, intitula-se "Situação linguística de Cabo Verde: em português e *na kabuverdianu*". A autora descreve a constituição progressiva da língua cabo-verdiana e a situação bilingue e diglósica do arquipélago, remontando ao seu descobrimento e ao início do povoamento, no século xv. Ao longo do capítulo, ficam patentes os desafios que este bilingüismo de características diglósicas coloca ao sistema de ensino, nos seus diferentes ciclos, desde logo devido ao incipiente papel desempenhado pela língua cabo-verdiana (L1 da maioria da população) no currículo escolar, não permitindo o desenvolvimento bilingue de todos os cidadãos e comprometendo o sucesso escolar de crianças e jovens. Não obstante, o desenvolvimento e alargamento de projetos-piloto bilingues e as medidas de política linguística destinadas ao incremento do bilingüismo indicam que o país pretende equiparar o estatuto das duas línguas e, assim, promover o bilingüismo generalizado.

Atsushi Ichinose, no Capítulo 7, "Angústias e esperanças espelhadas num pequeno país africano: questões linguísticas da Guiné-Bissau", retrata os problemas e os conflitos políticos,

económicos, sociais e educativos daquele país multilingue, em que só uma minoria da população domina, de facto, a língua portuguesa, em que o crioulo se encontra em franca expansão urbana e em que cerca de 15 outras línguas étnicas são utilizadas sobretudo em zonas rurais (e onde, concomitantemente, se continua a interrogar a proximidade com o francês). Com base na descrição dos dois fatores que determinam a atual situação triglóssica do país – a herança colonial e o multilinguismo –, o autor traça um plano linguístico para o futuro, baseado na promoção do multilinguismo, em geral, e do crioulo, em particular, a nível escolar, oficial e social.

O Capítulo 8, intitulado “Política e ensino da língua portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau (pós-1999)”, da autoria de Maria José Grosso, focaliza a problemática do ensino-aprendizagem do português naquele território asiático de língua oficial chinesa. Como a autora esclarece, a distância interlinguística entre o português e o chinês e a reduzida influência do português naquele território levam a que a política linguística para o português em Macau seja sobretudo institucional. Assim, o português, sendo cooficial, mas opcional e não obrigatório em todos os contextos, acaba por ser relegado para um lugar de não presença ou de presença simbólica. Deste modo, a passagem, em 1999, de um modelo monolíngue português para um modelo bilingue português-mandarim parece ser, de facto, a passagem de um modelo monolíngue para outro, marcado por novas configurações geopolíticas e estratégicas, em que o inglês se assume como língua de crescente influência.

Lúcia Vidal Soares descreve “Os sinuosos caminhos das políticas linguísticas em Timor-Leste” (Capítulo 9), um recente país independente do sudeste asiático, com um significativo multilinguismo endógeno e exógeno e com um passado – ainda recente – de múltiplas anexações e invasões. Neste país, o português é língua cooficial a par do tétum, o inglês e o malaio indonésio são línguas de trabalho e coexistem inúmeras línguas autóctones. Neste complexo quadro multilingue, as políticas linguísticas têm acompanhado a complexidade e a dinâmica das configurações geopolíticas da situação do território timorense, sendo possível, de acordo com a autora, distinguir quatro períodos. O mais recente, depois de décadas de legislação bilingue, aponta para o reconhecimento do país como Estado multilingue, o que tem implicações no *design* e na implicação de políticas linguísticas educativas.

O Capítulo 10, de Edleise Mendes, “Políticas linguísticas do Brasil no Exterior: entre o isolamento e a cooperação”, problematiza, num primeiro momento, o desenvolvimento de ações isoladas por parte de vários atores (designadamente do Brasil e de Portugal) na promoção da língua portuguesa, as hierarquias estabelecidas entre os diferentes centros desta língua pluri-cêntrica e as relações com a diversidade linguística dos territórios em que se encontra, para, num segundo momento, se centrar nas políticas brasileiras de promoção da língua (atores, âmbitos de ação, destinatários, desafios). Com base no (ou talvez apesar do) retrato traçado, a autora reflete, em jeito de conclusão, acerca do papel que o Brasil pode vir a ter na promoção da língua portuguesa, papel que irá muito além da contribuição demográfica que tantas vezes se apregoa.

Introdução

No Capítulo 11, da autoria de Teresa S. Ferreira e Sílvia Melo-Pfeifer, discute-se “Política linguística e ensino de português para a Diáspora”. As autoras traçam uma breve história das políticas linguísticas para as Comunidades Portuguesas, centrando-se, por um lado, na evolução das representações do estatuto do português e das ideologias linguísticas presentes em documentos oficiais e, por outro lado, no impacto dessa evolução na forma como foi e é atualmente conceptualizado o Ensino Português no Estrangeiro (EPE). Este capítulo resume a história dos momentos mais marcantes das políticas linguísticas para a Diáspora, apresentando uma análise crítica de alguns instrumentos oficiais (legislativos e orientadores) de política linguística pensados para estes contextos heterogêneos de ensino-aprendizagem e propondo uma reflexão sobre algumas possibilidades de mudança.

No seu conjunto, os capítulos abordam diferentes aspetos do *design* e implementação de políticas linguísticas nos espaços de língua oficial portuguesa, com grande destaque para os elementos sociolinguísticos que enformam as ditas políticas e para os contactos inter e intralinguísticos que (des)promovem ou são (des)promovidos por essas políticas e pelas práticas que induzem (ou não). Trata-se de uma obra que, pela forma como cobre os diferentes contextos abordados, dá voz à grande heterogeneidade de políticas linguísticas (declinadas, depois, em diferentes políticas linguísticas educativas), adotando um *ethos* que se move entre o descritivo, o analítico, o crítico e o interventivo.

Bibliografia

- Calvet, L.-J. (1999). *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon.
- Fishman, J. A. (2000). The status agenda in corpus planning. In: R. Lambert, E. Shohamy. (eds). *Language Policy and Pedagogy*, pp. 43-51. Philadelphia, PA: John Benjamins.
- Haugen, E. (1971). *The Ecology of Language*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Duas línguas, quantas políticas?

Marcos Bagno

Introdução

As políticas linguísticas, para serem traçadas e implementadas, dependem da definição dos objetos a que se referem. No plano teórico, já se tornou tradicional na Linguística a afirmação de que a delimitação do que seja uma “língua” tem muito mais que ver com fatores históricos, políticos, culturais e ideológicos do que propriamente com fatores de ordem estrutural, sistêmica. No plano prático, contudo, os planejadores e implementadores de políticas linguísticas lidam com entidades socioculturais que são consideradas como “línguas” concretas e delimitáveis pelos falantes que as defendem ou pelos grupos sociais que as discriminam e rejeitam. Desse modo, uma política linguística para o que se chama “português” exige a definição do que é “português” e se esse rótulo simples e unificador dá conta de uma única língua ou de mais de uma. Essa definição não tem como não ser arbitrária e depende da postura teórica e política de quem a enuncia. Assim, neste capítulo, assumo a existência de uma pluralidade de línguas plenas e autônomas e plenitude e autonomia obscurecidas pela denominação única de “português” para todas elas. Por conseguinte, o objeto de discussão consiste na separação, já ocorrida e cada vez mais profunda, entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB) e na necessidade de políticas linguísticas que se elaborem a partir do reconhecimento dessa pluralidade.

DECISÃO TEÓRICA E, CONSEQUENTEMENTE, POLÍTICA: DUAS LÍNGUAS DIFERENTES

Português brasileiro (PB) e português europeu (PE) são duas línguas diferentes. Aparentadas, é verdade, mas também com distinções radicais em seus sistemas linguísticos – em suas gramáticas – mais do que suficientes para que cada uma delas mereça uma descrição à parte, como língua autônoma que é. Essa é uma decisão teórica (e, consequentemente, política) que tenho enunciado (Bagno, 2012: 201ss.) a fim de postular a existência de um grupo (ou, na terminologia do século XIX, uma família) de línguas, que chamo de portugalego, onde incluo o galego, como idioma ancestral das demais línguas do grupo – tronco original do qual se ramificou o português –, e todas as línguas surgidas, no curso do último meio milênio, da expansão

Política de educação linguística nas escolas portuguesas. Mudança e continuidade

Paulo Feytor Pinto

Introdução

Neste capítulo é analisada e discutida a política de educação linguística nos ensinos básico e secundário, em Portugal, ao longo dos primeiros 40 anos do jovem regime democrático implantado a partir de 25 de abril de 1974. Durante este período, que coincide com as três primeiras décadas de integração europeia, iniciada em 1986, verificaram-se profundas mudanças na sociedade portuguesa e no seu sistema educativo.

Em 1975, foi instituído o ensino secundário unificado, abolindo a distinção entre o ensino liceal e o ensino técnico, comercial e industrial; em 1980, foi criado o 12.º ano de escolaridade no final do ensino secundário; em 1986, foi aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei n.º 46/1986, de 14 de outubro), que alargou o ensino básico e a escolaridade universal, obrigatória e gratuita até ao 9.º ano. Estas medidas estruturantes do sistema educativo estão na origem de um aumento exponencial da quantidade e da diversidade de alunos a frequentar as escolas portuguesas, com necessidades e interesses muito diversificados. Mais recentemente, em 2009, a escolaridade obrigatória foi alargada ao 12.º ano e à educação pré-escolar das crianças com 5 anos. Os primeiros portugueses a concluir a escolaridade obrigatória de 12 anos fizeram-no em 2015.

Entretanto, na segunda metade da década de 1990, outros três fatores foram determinantes para a política de educação linguística nos ensinos básico e secundário: (i) em 1997, a Constituição instituiu o dever de proteger e valorizar a língua gestual portuguesa (LGP); (ii) em 1999, foram reconhecidos os direitos linguísticos da comunidade mirandesa; e (iii) a partir de 1998, registou-se um fluxo migratório inédito. Pela primeira vez na história do país, Portugal foi o destino de imigrantes da Europa de leste, essencialmente ucranianos, moldavos e romenos, que se juntaram à população oriunda de outros países lusófonos, especialmente cabo-verdianos. Entre 1990 e 2000, a população estrangeira residente em Portugal aumentou quase 400% (Pinto, 2008: 79-80).

É neste contexto social e educacional que se analisa legislação portuguesa que regulou explicitamente a aprendizagem de línguas vivas ou modernas nas escolas dos ensinos básico e secundário. Na análise foram privilegiados diplomas legais que regularam a oferta de línguas, os seus programas curriculares e os modelos de avaliação da proficiência dos alunos. Porém,

Línguas e políticas linguísticas em São Tomé e Príncipe

Tjerk Hagemeijer, Rita Gonçalves, Beatriz Afonso

Introdução

O atual panorama linguístico de São Tomé e Príncipe foi-se moldando ao longo dos últimos cinco séculos, com especial relevo para dois períodos históricos que estão intrinsecamente ligados a ciclos económicos distintos: (i) a primeira colonização, a que corresponde o povoamento das ilhas desabitadas e o ciclo de açúcar; e (ii) a segunda colonização, marcada pela pujança das culturas de café e cacau.

Em virtude dos acontecimentos históricos, falam-se, atualmente, o português, que é língua oficial (LO) e dominante, três crioulos autóctones – o forro, o angolares e o lung'ie – e ainda o crioulo cabo-verdiano.

Propomo-nos descrever como se constituiu o atual panorama linguístico das ilhas, destacando as consequências da chegada de mão de obra escrava durante a primeira colonização e de mão de obra contratada durante a segunda colonização. Aprofundamos, na secção “Enquadramento linguístico-histórico”, os fatores sócio-históricos que levaram a que o português (e não o forro, o crioulo mais amplamente falado) seja, atualmente, a língua materna (L1) da maior parte da população das ilhas. Na secção “Português de São Tomé e Príncipe”, descrevemos algumas características desta nova variedade de português. Por fim, na secção “Políticas linguísticas no período pós-Independência”, discutimos as políticas linguísticas que São Tomé e Príncipe adotou no período pós-Independência, tendo como pano de fundo o atual desafio (educativo) do desfazimento existente entre a norma europeia e as tendências gramaticais da variedade são-tomense.

ENQUADRAMENTO LINGUÍSTICO-HISTÓRICO

Nesta secção analisaremos os períodos da história social de São Tomé e Príncipe que conduziram ao atual panorama linguístico, em que o português se tem vindo a afirmar como língua dominante, em detrimento das outras línguas.

PRIMEIRA COLONIZAÇÃO: A GÉNESE DOS CRIoulos DO GOLFO DA GUINÉ

A primeira colonização inicia-se com a primeira tentativa de povoamento de São Tomé, em 1485, seguida do povoamento em grande escala e definitivo em 1493, liderado por Álvaro

Contacto linguístico em Angola: retrospectiva e perspectivas para uma política linguística

*Liliana Inverno*¹

Introdução

A República de Angola (doravante, Angola) é, em área e em número de habitantes, o segundo maior país de língua oficial portuguesa. Situada na costa ocidental africana, tem capital em Luanda e é delimitada a oeste pelo oceano Atlântico, a norte pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia e a sul pela Namíbia. Ocupa uma área total de 1.246.700 km² e divide-se, para fins administrativos, em 18 províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Cuando-Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.

Pese embora a dimensão do país – o 7.º maior de África e o 23.º maior do mundo –, o Recenseamento Geral da População e Habitação residente realizado em 2014 (RGPH-2014²) apurou uma população total de 25.789.024 habitantes, 71,8% dos quais concentrados em apenas sete províncias das regiões litoral e centro sul do país: Luanda (26,9%), Huíla (9,7%), Benguela (8,7%), Huambo (9,7%), Cuanza Sul (7,3%), Uíge (5,8%) e Bié (5,6%) (INE, 2016: 31-32). As zonas de maior densidade populacional são igualmente as províncias de Luanda, Benguela e Huambo, situando-se, no extremo oposto, as províncias do Cuando Cubango e Moxico (INE, 2016: 35). Segundo a mesma fonte, a população angolana é maioritariamente jovem (47,3% tem menos de 15 anos e a idade média situa-se nos 20,6 anos), do sexo feminino (51,5%), urbana (62,6%) e ainda pouco escolarizada, pois 47,9% da população com mais de 18 anos não concluiu nenhum nível de escolaridade ou não concluiu a escolaridade obrigatória (6.ª classe do ensino primário), 22% da população na faixa etária dos 5 aos 18 anos encontra-se fora do sistema de ensino e apenas 2,5% da população com mais de 24 anos concluiu o ensino superior (INE, 2016).

Angola é historicamente um país multilingue, palco de inúmeros contactos (e conflitos) entre falantes de línguas tipológica e geneologicamente distintas. Originalmente habitado por

¹ A autora expressa o seu agradecimento a Paulo Julião, delegado da Agência Lusa em Luanda, pelo apoio prestado no acesso aos dados de INE (2016), e a João Viegas, pelo apoio no tratamento estatístico desses dados. Naturalmente, todos os erros e omissões na análise são da responsabilidade da autora.

² O RGPH-2014, com uma taxa de cobertura de 94,4%, realizou-se no período compreendido entre 16 e 31 de maio de 2014. Além de ser o primeiro Censo de âmbito nacional desde a Independência, é também o primeiro em linha com os padrões de qualidade internacional desde 1970 (INE, 2016: 15).

**Políticas e práticas linguísticas e formação do Estado-nação
em Moçambique:
da unidade na uniformidade à unidade na diversidade**

Feliciano Chimbutane

Introdução

A política linguística que prevaleceu no período colonial em Moçambique não se alterou substancialmente após a conquista da Independência Nacional, em 1975, tal como aconteceu em muitos outros contextos pós-coloniais. O português continuou a ser a única língua a usufruir do estatuto de língua oficial (LO) e as línguas bantu, as línguas maternas (L1) da maioria dos cidadãos, continuam a ser subalternizadas, circunscrevendo-se, na essência, a domínios informais.

Tendo como base uma perspetiva sócio-histórica, neste capítulo faz-se a revisão de diferentes estudos sobre políticas e práticas linguísticas em Moçambique. A situação moçambicana é vista à luz de estudos teórico-empíricos sobre política linguística e de experiências de outros países pós-coloniais, com referência para o contexto africano (Bamgbose, 1994, 1999, 2000; Abdulaziz, 2003; Alidou, 2004; Alidou e Jung, 2001). A perspetiva de análise adotada toma as políticas e práticas linguísticas não de forma estanque e compartimentada, mas como contingentes e na sua relação com fatores sociais, políticos e económicos que marcam as sociedades nos seus diferentes momentos históricos (Tollefson, 2002).

Nesta linha teórico-metodológica, procura-se discutir como as políticas linguísticas adotadas no período pós-colonial em Moçambique têm sido ideologicamente motivadas, estando, por exemplo, intimamente ligadas ao tipo de sociedade que se pretendeu edificar em diferentes períodos históricos (Chimbutane, 2015). É nesta ótica que Ricento e Hornberger (1996) sugerem que fazer a planificação linguística não é diferente de planificar a sociedade, uma vez que a língua está envolvida em praticamente todas as atividades humanas. Com efeito, se no período imediatamente a seguir à Independência Nacional predominou o discurso da constituição de um Estado-nação monocêntrico, unido em torno da língua portuguesa, etiquetada como a "língua da unidade nacional", a partir dos anos 90 do século xx começa-se a admitir a formação de um Estado-nação policêntrico, em que o multilinguismo e o multiculturalismo, por exemplo, já não são vistos como problemas, mas como "condimentos" importantes para a formação de "uma nação forte e coesa" (RM, 2015: 7) – é a fase em que floresce o preceito ideológico da "unidade na diversidade".

Situação linguística de Cabo Verde: em português e *na kabuverdianu*

Ana Josefa Cardoso

Introdução

A situação linguística de Cabo Verde é marcada por uma história da coexistência de diferentes códigos linguísticos desde a sua génese. O surgimento do crioulo é fruto desse contacto inicial e não ficou alheio a todas as pressões decorrentes do contexto e do ambiente em que a sua gestação ocorreu, sendo umas vezes defendido e outras vezes atacado, mas mantendo-se sempre vital devido ao seu papel de língua materna (L1), que jamais abandonou.

A história social do arquipélago foi sendo contada alavancando-se nas suas duas línguas, o cabo-verdiano e o português, que tanto no passado (como país colonizado) como no presente (país independente) se revestem de estatutos diferenciados, que carecem de políticas adequadas para a valorização e o desenvolvimento de ambas, tendo em vista, a médio prazo, uma equiparação de estatuto que há muito é reclamada.

Apesar de mais de cinco séculos de coabitação entre a língua portuguesa e a língua cabo-verdiana, não se criaram condições favoráveis à construção de um bilinguismo consistente e coeso, acessível a todos os cidadãos. Apenas os que tiveram o privilégio de frequentar o sistema de ensino alcançaram o estatuto bilingue, que de algum modo é incompleto, tendo em conta que a língua cabo-verdiana ainda não é formalmente ensinada de um modo generalizado.

Existem medidas de política linguística para a valorização tanto da língua oficial (LO) como da língua nacional (LN), mas carecem de uma planificação linguística que as possa colocar em prática.

PERCURSO HISTÓRICO DA LÍNGUA CABO-VERDIANA

A história linguística de Cabo Verde é indissociável da história do homem cabo-verdiano. Podemos até dizer que a língua e o homem cabo-verdiano surgem em simultâneo.

De acordo com os elementos históricos (Albuquerque e Santos, 1991; Carreira, 1982, 2000; Santos, Torrão e Soares, 2007) aquando do achamento das primeiras ilhas (Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal), em 1460, pelos navegadores António da Noli e Diogo Gomes, ao serviço do Infante D. Henrique, não havia população residente e o cabo-verdiano é o resultado

Angústias e esperanças espelhadas num pequeno país africano: questões linguísticas da Guiné-Bissau

Atsushi Ichinose

Introdução

Houve uma altura em que a então chamada Guiné Portuguesa (a atual República da Guiné-Bissau) atraiu, com imenso elogio e entusiasmo, a atenção da comunidade internacional. Todo o mundo estava admirado com a luta de libertação nacional desenvolvida pelo povo guineense contra o domínio colonial do Portugal salazarista, liderada pelo grande pensador político, diplomata e estratega militar Amílcar Cabral¹. Após mais de 10 anos de guerra, travada entre 1963 e 1973, a República da Guiné-Bissau tornou-se o primeiro território africano sob a Administração Colonial Portuguesa a ganhar a independência política, em 24 de setembro de 1973. Esta data foi celebrada não só no território nacional, mas também por todo o mundo, com grandes expectativas no nascimento de um novo país africano.

Passados mais de 40 anos desde a Independência, este país, infelizmente, contrariando as esperanças depositadas naquela altura pela população local e pela comunidade internacional, tem poucos motivos para festejar, sem reservas, a data da Independência. Podemos enumerar algumas ocorrências marcantes na curta história do pós-Independência deste país que justificam a nossa apreensão. Com efeito, consumou-se, no Golpe de Estado de 1980, a rutura do sonho de integração dos dois Estados que lutaram juntos pela independência do colonialismo português, nomeadamente Cabo Verde e Guiné-Bissau. Desencadeou-se, em junho de 1998, a Guerra Civil, que durou 11 meses, causando graves danos materiais na capital Bissau e afetando profundamente a vida de toda a população. Repetiu-se o Golpe de Estado, em setembro de 2003, sendo deposto o Presidente da República Kumba Ialá, que viria a falecer em abril de 2014. Seis anos depois do golpe, em 2009, sucederam os assassinatos do Presidente da República, João Bernardo Vieira, e do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Tagmé Na Waié. Na segunda metade da primeira década do século XXI, a Guiné-Bissau transformou-se em nexa de tráfico ilegal de drogas e ficou conhecida como o

¹ Amílcar Lopes da Costa Cabral (1924-1973). Nasceu em Bafatá, a região central da atual República da Guiné-Bissau, e faleceu na República da Guiné, dita Conacri, vítima de assassinato por companheiros de luta. Estudou em Cabo Verde, terra de origem dos pais, e, depois, formou-se pelo Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa. Exerceu, durante alguns anos, a profissão de agrónomo, depois, decidiu dedicar-se à libertação das colónias portuguesas em África. Mesmo após mais de 40 anos da sua morte, o mistério em redor do seu assassinato ainda permanece.

Política e ensino da língua portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau (pós-1999)

Maria José Grosso

Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar as linhas estruturantes da política linguística da língua portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), a partir de 2000, e, conseqüentemente, refletir sobre o papel e o uso das línguas oficiais (LO) na RAEM, em especial sobre o ensino-aprendizagem da língua portuguesa a falantes de língua materna (L1) chinesa (cantonês ou cantonense, uma das formas da língua chinesa mais falada em Macau).

Num contexto, como a RAEM, com duas LO (chinês, português) de famílias linguísticas distantes (o chinês, uma língua sino-tibetana, tonal, logográfica, monossilábica na língua escrita e uma das línguas mais faladas do mundo; o português, língua românica, alfabética, flexionada) e em que o português tem uma influência mínima, quase nula, na sobrevivência das pessoas em Macau, falar da política linguística para a língua portuguesa em Macau é falar predominantemente das decisões ligadas à política institucional conhecidas publicamente. Esta opção não invalida, porém, o papel da interferência positiva de organizações públicas ou privadas que contribuem para o desenvolvimento da língua portuguesa nesta região.

Embora o número de falantes de português, em Macau, seja diminuto (segundo o Intercensos 2016 – Resultados globais, ronda os 2,4%), há outros fatores, igualmente importantes, capazes de fazer de Macau um espaço estratégico e intermediário. Um dos traços particulares de Macau é a diversidade e mutabilidade, a par de uma capacidade convival entre o antigo e o moderno; neste sentido, há todo um passado luso emergente que se cruza com a atual língua portuguesa mediadora de interesses económicos e políticos não só entre Macau e Portugal, mas entre a China e os países de língua oficial portuguesa. Os jornais dão conta da difusão do português na China e da sua “vertiginosa expansão”; por exemplo, o número das instituições onde se ensina português aumentou consideravelmente de seis para 23 universidades no espaço de 10 anos. A tudo isto acrescentam-se os factos económicos: “O volume de investimentos chineses na África cresceu mais de 20 vezes entre 2000 e 2014. Em 2016, Angola se tornou o maior fornecedor de petróleo para a China, enquanto Moçambique está entre os cinco países com maior concentração de investimentos chineses.” (Thomaz, 2017).

Os sinuosos caminhos das políticas linguísticas em Timor-Leste

Lúcia Vidal Soares

Introdução

Pensar em políticas linguísticas em Timor-Leste faz-nos recordar as palavras do antigo Ministro da Educação do IV Governo Constitucional (2007-2012), João Câncio de Freitas, que, a este propósito, afirma (2012: 7): "Falar do Sector da Educação de Timor-Leste é falar de um evento histórico em que uma das mais jovens Nações do Mundo teve de reconstruir, a partir do zero, toda a estrutura e todo o sistema de educação e de ensino do país.". O mesmo se poderia dizer relativamente às políticas linguísticas.

Dadas as condições histórico-políticas ocorridas após o Referendo de agosto de 1999 e o "setembro negro" do mesmo ano, época em que o país esteve a saque, Timor-Leste optou pela língua portuguesa como forma de marcar a sua soberania e identidade, assim como de acautelar a sua sobrevivência, face ao contexto geopolítico envolvente.

São, pois, estas as razões que nos fazem recuar no tempo e nos levam a descrever, de forma sucinta, o contexto sociolinguístico timorense, identificando as famílias linguísticas autóctones e as línguas exógenas que aí encontramos, assim como os aspetos histórico-políticos que contribuíram para essa diversidade linguística.

CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO TIMORENSE

ENQUADRAMENTO GEOPOLÍTICO

A ilha de Timor, cujo nome significa, em malaio, "oriente", situa-se numa zona de confluência entre a Ásia e a Oceânia e parece ter sido povoada pelo *Homo Sapiens* uns milhares de anos antes de estes terem chegado à Europa. Thomaz (2015: 138) precisa que os nossos antepassados devem ter atingido a ilha "de onde passaram à Austrália, cerca de 50000 anos a.C."¹ e que deve ter havido, pelo menos, "quatro vagas de povoamento, trazendo cada uma novas tecnologias e

¹ Há diferentes datações para assinalar o início do povoamento de Timor. No entanto, segundo Durand (2010: 24), "os mais antigos vestígios da presença humana encontrados pela arqueóloga Sue O'Connor, datavam de há cerca de 42000 anos, e foram descobertos na gruta Jerimalai, no extremo oriental da ilha.". O mesmo autor, na mesma obra, reconhece datas semelhantes para o povoamento de Timor (Durand, 2010: 24).

Políticas linguísticas do Brasil no Exterior: entre o isolamento e a cooperação

Edleise Mendes

Introdução

O português, uma língua presente em quatro continentes, tem ultimamente angariado a atenção de Governos e instituições no âmbito do desenvolvimento de ações que valorizem esse capital linguístico, sobretudo como “ponte” de acesso a outros capitais importantes, como o econômico e o político, no cenário global de reordenamento dos interesses e necessidades de países e Governos. Esse movimento tem sido perceptível em variados contextos e situações, sobretudo nos diferentes discursos que emanam da comunidade acadêmica, da sociedade civil e também dos Governos. Em praticamente todos eles há quase um clamor, um chamado para que nos voltemos para o “poder” da nossa língua portuguesa como língua “de muitos”, para o seu potencial como “língua global”, “língua internacional”, língua transnacional”, como ressaltam muitos pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto, como Silva e Sant’Anna (2012), Diniz (2012a), Carvalho e Schlatter (2011), Oliveira (2012, 2013), Rocarati, Silva e Ponso (2012), Mendes (2014b, 2016).

No entanto, no cenário dos países de língua oficial portuguesa, os quais integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (<https://www.cplp.org/>), poucos são os que se dedicaram ao desenvolvimento de políticas externas para a língua, seja por razões históricas que impediram a maior parte desses países de exercerem algum protagonismo no âmbito da gestão da língua, seja pela centralidade de duas normas dominantes, a portuguesa e a brasileira. Portugal e Brasil possuem uma longa trajetória de promoção de ações independentes que fomentaram, e em muitos contextos ainda fomentam, uma política linguística voltada para o isolamento e o desenvolvimento de ações unilaterais ou, no máximo, bilaterais, apesar dos discursos institucionais que afirmam o contrário.

Silva e Sant’Anna (2012), por exemplo, analisaram resoluções e declarações produzidas pela CPLP e relacionadas à língua portuguesa e destacaram, a partir dos discursos veiculados nesses documentos, a voz de um (super)enunciador que se constrói a partir de um lugar para a língua portuguesa que é homogêneo e que, de certo modo, apaga os conflitos que emergem da diversidade e da heterogeneidade que caracterizam os países que integram a CPLP. Como apontam Silva e Sant’Anna (2012: 132):

Política linguística e ensino de português para a Diáspora

Teresa S. Ferreira, Sílvia Melo-Pfeifer

Introdução

O estudo das políticas linguísticas é necessariamente o estudo das ideologias linguísticas, da sua contextualização e da sua evolução, dado que legislar e regular os contextos e o uso de uma língua são atos baseados em crenças e ideologias linguísticas, relacionadas com grupos, estatutos, papéis, funções, normas e normatividades – reais ou projetados. Segundo Johnson (2013: 9), "a language policy is a policy mechanism that impacts the structure, function, use, or acquisition of language.". De acordo com este autor, a política linguística, sendo não só um produto, mas também um processo, inclui, a par de regulamentos oficiais e de discursos políticos, mecanismos não oficiais e discursos implícitos baseados em crenças e ideologias que detêm, elas também, um forte poder regulador sobre o uso das línguas (Johnson, 2013).

Nesta contribuição, entendemos "política linguística" como a atividade e o produto da intervenção e regulação do uso das línguas, no que se refere, por exemplo, ao seu estatuto e à sua distribuição, e com um forte componente de intervenção a nível da educação (políticas linguísticas educativas). Pinto (2010: 15) define "política de língua" como o "conjunto de tentativas explícitas – planificação linguística – ou implícitas – política estrutural – de regular o estatuto, a forma, a aprendizagem e o prestígio das variedades linguísticas presentes no país" [embora também possa alcançar outros contextos]. Deter-nos-emos, neste capítulo, na primeira destas dimensões.

No caso das políticas linguísticas adotadas por Portugal relativamente à língua portuguesa em contexto diaspórico, tema central deste capítulo, podemos dizer que estas são influenciadas pela ideologia linguística dominante em Portugal, dado que é daí que as orientações emanam. Conforme Blackledge (2010: 26) refere, a propósito de uma tendência geral de cariz "mono" visível em vários contextos, "the dominant, majority group in a society, nation, nation-state or community considers that the ideal model of society is monolingual, monoethnic, monoreligious and monoideological.". As políticas linguísticas pensadas para e implementadas na Diáspora podem, por isso, e como tentaremos demonstrar ao longo desta contribuição, ser entendidas como uma exportação de "como pensamos a nossa língua" (Pinto, 2001), isto é, de ideologias linguísticas urdidas e em circulação em território português que são reproduzidas e aplicadas no exterior, e acabam, deste modo, por tentar impor uma certa ortodoxia na forma como a língua e as comunidades são pensadas. Na linha desta

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PORTUGUÊS

Quatro décadas após a independência da maior parte dos países que têm o português como língua oficial, dão-se a conhecer, numa única obra, as políticas linguísticas contemporâneas de países e territórios que expressam essas políticas oficiais em português.

Políticas Linguísticas em Português inclui capítulos sobre as políticas internas de oito países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – e de um território autónomo – Macau – e sobre as políticas externas da língua portuguesa de dois países – Brasil e Portugal –, ao longo das últimas décadas do século XX e dos primeiros anos do século XXI. Trata-se de onze textos originais, da autoria de catorze especialistas originários ou a trabalhar em nove países de África, América, Ásia e Europa.

De modo diferenciado, de acordo com as especificidades dos contextos e as opções dos autores, os contributos abordam tópicos como a história social da diversidade linguística do país ou território em análise, as representações sociais, os estatutos e papéis da língua portuguesa e das outras línguas presentes, as práticas e ideologias linguísticas e, naturalmente, a política linguística explícita, nos domínios do estatuto, do *corpus* e da educação. Trata-se, por isso, de uma obra dirigida a professores, investigadores e estudantes das áreas da Linguística, da Sociologia, da Ciência Política, das Relações Internacionais e dos Estudos Lusófonos e também a todos os interessados na cooperação internacional entre países de língua oficial portuguesa, em especial nos domínios da Educação e Cultura.

Paulo Feytor Pinto – Investigador integrado do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC) da Universidade de Coimbra e Presidente da Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI).

Sílvia Melo-Pfeifer – Professora Associada do Departamento de Educação da Universidade de Hamburgo (Alemanha) e investigadora do Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores da Universidade de Aveiro.



ISBN 978-989-752-350-2



www.lidel.pt